

Título do capítulo	CAPÍTULO 8 BRASIL NO UMBRAL DO DESENVOLVIMENTO. UM EXERCÍCIO DE CONVERGÊNCIA PRODUTIVA
Autores (as)	Ricardo Infante
Título do livro	POR UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO : O CASO DO BRASIL
Editores (as)	Ricardo Infante Carlos Mussi Mauro Oddo
Cidade	
Editoras	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2015
Edição	
ISBN	

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Capítulo VIII

Brasil no umbral do desenvolvimento. Um exercício de convergência produtiva

Ricardo Infante

Introdução¹

O objetivo deste documento é medir tanto o grau de heterogeneidade estrutural que caracteriza a economia brasileira quanto os esforços que o país deveria realizar para reduzir as brechas de produtividade, emprego e desigualdade com vista a alcançar o limiar do desenvolvimento.

O fundamento deste trabalho é a proposta da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, apresentada em *A hora da igualdade: brechas para fechar, caminhos para abrir* (CEPAL, 2010a), onde se postula que, para avançar com níveis de igualdade crescente, é necessário promover uma decidida aplicação de políticas de convergência produtiva. Essas políticas se orientam, por um lado, a fechar a brecha externa e reduzir, assim, os resíduos relativos em matéria de produtividade das economias da região em relação às regiões mais desenvolvidas e, por outro lado, as brechas internas de produtividade presentes entre e dentro dos setores produtivos, bem como entre as empresas, segundo seu tamanho, e entre as distintas áreas geográficas dos países.

¹ Este documento foi elaborado no âmbito das atividades do projeto da CEPAL, “Desenvolvimento inclusivo” no Brasil.

As maiores brechas de produtividade na região, em comparação com os países desenvolvidos, implicam maiores brechas salariais e uma pior distribuição de renda. Assim, a convergência nos níveis de produtividade setoriais (convergência interna) deveria levar a melhor distribuição de renda e a menor exclusão social. Por outro lado, a redução da brecha de produtividade em relação aos países desenvolvidos (convergência externa) implica os maiores níveis de competitividade e a possibilidade de reduzir as diferenças de rendas por habitante com o mundo desenvolvido (Porcile, 2011). Implica também sinergias na difusão do conhecimento (melhorias complementares do capital humano e distribuição social de capacidades). Dessa forma, a convergência produtiva eleva a competitividade e dá maior continuidade ao crescimento econômico, o que incide positivamente nos recursos fiscais e na capacidade de o Estado transferir os recursos e serviços para os setores mais vulneráveis. Em suma, a heterogeneidade estrutural da América Latina manifesta-se em diferentes níveis de produtividade dos ocupantes nos diferentes estratos produtivos, o que caracteriza o desempenho econômico da região.

Essas brechas de produtividade constituem um núcleo, a partir do qual se expande a desigualdade ao longo da sociedade, exacerbando brechas em capacidades e em oportunidades.

Para avançar em direção a um padrão de crescimento com igualdade, propõe-se crescer com menos heterogeneidade estrutural e mais desenvolvimento produtivo. Por isso, é necessário fomentar a aplicação de políticas de convergência produtiva para fechar as brechas externas e internas de produtividade.

Por outro lado, a metodologia para realizar as medições e as projeções de longo prazo da convergência produtiva do Brasil baseia-se no conteúdo de um estudo realizado no âmbito das atividades do projeto “Desenvolvimento Inclusivo”, da CEPAL, sobre as trajetórias dos países da região, agrupados de acordo com o grau de heterogeneidade estrutural de suas economias, com o fim de alcançar o limiar do desenvolvimento².

Com base nesses antecedentes, o texto mostra os possíveis cenários de convergência produtiva (fechamento de brechas externas e internas de produtividade) do Brasil com países que se encontram atualmente no limiar do desenvolvimento (por exemplo, Portugal). Para isso, examinam-se, primeiramente, as características da heterogeneidade estrutural e a diversidade dos países da América Latina, bem como a situação do Brasil. Em segundo lugar, analisam-se as brechas deste país com relação a Portugal mediante dados sobre a estrutura produtiva de ambas as realidades até 2009. A seguir, realiza-se um exercício com projeções que situa o Brasil no limiar do desenvolvimento e, finalmente, comenta-se sobre os requerimentos e os possíveis resultados do processo de convergência produtiva neste país.

² Ver sobre este tema Infante (2001a).

1. Heterogeneidade estrutural e diversidade dos países latino-americanos

A heterogeneidade estrutural (HE) da América Latina se manifesta em diferentes níveis de produtividade dos ocupantes dos vários estratos produtivos, o que caracteriza o desempenho econômico da região, além de ser fator originário da desigual distribuição de renda.

1.1 Estrutura produtiva diferenciada

Aqui se estabelece que a estrutura econômica da região é composta por três estratos de produtividade com diverso acesso à tecnologia e aos mercados com as seguintes características:

O *estrato baixo* registra níveis ínfimos de produtividade e renda. Corresponde ao setor informal, que inclui as unidades econômicas que trabalham com uma produtividade reduzida quase sem uso de qualquer tipo de mecanização, com baixíssima densidade de capital e cujas tecnologias adotadas são extraordinariamente atrasadas. As atividades informais permitem um fluxo livre de trabalhadores, pois qualquer pessoa pode facilmente incorporar-se ou deixar de trabalhar neste setor, determinando que, em seu interior, as relações de trabalho sejam pouco estruturadas. Mesmo no caso das microempresas familiares, os papéis de trabalhador e empresário costumam se confundir na prática. Os integrantes do setor informal ganham menos, têm menos proteção social e escolaridade do que os ocupantes pertencentes aos outros estratos produtivos e são parte importante dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Como indicado, o estrato de baixa produtividade está formado pelo chamado setor informal (empresas com até cinco trabalhadores, autônomos não qualificados, ajudantes familiares e serviço doméstico). Este estrato responde por 50,2% do emprego e contribui com apenas 10,6% do produto (quadros VIII.1 e A.VIII.1).

O *estrato alto* é composto pelas atividades de exportação e empresas que operam em grande escala (com mais de 200 trabalhadores), que detêm uma fração importante do mercado local e cuja produtividade por ocupante é semelhante à média das economias desenvolvidas. As atividades modernas se expandem dinamicamente bem acima da média, porém com escassa criação de empregos e baixa articulação com os demais estratos produtivos.

Este estrato é caracterizado pelo uso mais intensivo de capital e de tecnologia, o que lhe permite alcançar uma produtividade significativamente mais elevada que os demais, e por relações trabalhistas mais formalizadas, como, por exemplo, contratos de trabalho e benefícios da proteção social.

Quadro VIII.1
América Latina: camadas produtivas

Características	Camadas produtivas		
	Alta	Média	Baixa
Tamanho da empresa	Grande	PME	Setor informal
Número de trabalhadores	200 e mais	Entre 6 e 199	Até 5
Categoria ocupacional	Empregador	Empregador	Empregador
	Trabalhador	Trabalhador	Trabalhador
			Conta própria não qualificado
			Familiar não remunerado
			Serviço doméstico

Fonte: Elaboração do autor.

Entre os ocupantes do estrato alto, é possível distinguir os trabalhadores e os empregadores das grandes empresas dos setores público e privado, bem como os profissionais e os técnicos por conta própria. Este estrato gera 66,9% do produto e apenas 19,8% do emprego total (quadro VIII.A.1, em anexo).

O *estrato médio* se situa entre ambos os extremos em termos de avanços técnicos e de produtividade. Os segmentos de média produtividade correspondem a atividades de lento crescimento, que têm escassos vínculos com os setores de produtividade alta, participam somente de forma tangencial no crescimento e, portanto, por mais elevada que seja a produtividade deste estrato, não gera os resultados esperados em matéria de produção e emprego para o segmento das pequenas e médias empresas (PME).

Neste estrato, composto por pequenas e médias empresas (PME), a produtividade dos ocupados semelhante à produtividade média dos países. Aqui se, incluem os trabalhadores e os empregadores de pequenas (6 a 49 trabalhadores) e médias empresas (empresas de 50 a 199 trabalhadores), responsáveis por 22,5% do produto gerado, e 30% do total da mão de obra ocupada (quadros VIII.1 e A.VIII.1).

A informação disponível permite verificar que a economia latino-americana funciona com elevada heterogeneidade estrutural na produção e no emprego. Os dados mostram que o produto por trabalhador do estrato alto corresponde a 16,3 vezes o do *estrato baixo*, 4,5 vezes o produto por trabalhador do estrato intermediário e 3,4 vezes o médio. Além disso, o produto por trabalhador do estrato intermediário é 3,7 vezes o do estrato de produtividade baixa, e seu nível de produtividade é 0,8 vezes superior à média (quadro VIII.A.1).

1.2 Grau de heterogeneidade estrutural e diversidade dos países

Como indicado, na maioria das economias latino-americanas, a incorporação do progresso técnico não tem sido algo generalizado, o que explica a falta de difusão deste para a totalidade dos setores e dos ramos de atividade econômica em cada país. Isto significa que o grau de heterogeneidade estrutural —isto é, as diferenças de produtividade existentes no âmbito dos estratos produtivos, bem como a importância das atividades que realizam e o volume de emprego gerado em cada estrato— é elevado naqueles países com escassa capacidade de difusão tecnológica, a qual se origina na precariedade dos vínculos e relações entre os setores produtivos.

Como demonstrado em um trabalho recente (Infante, 2009), o grau de heterogeneidade estrutural das economias está relacionada com o desenvolvimento econômico e social dos países. Dessa forma, por exemplo, o grau de heterogeneidade da estrutura econômica de um país ou grupo de países será elevado se uma parte considerável dos ocupantes pertencer ao *estrato baixo*, que contribui com uma parte ínfima do produto, ao mesmo tempo em que, o *estrato alto* ou das grandes empresas, que ocupa uma fração muito reduzida dos ocupantes, gera uma porcentagem muito elevada do produto. Igualmente, verifica-se que, nos países com estruturas econômicas mais desequilibradas, tanto o PIB *per capita* quanto o PIB por trabalhador seriam inferiores ao daqueles com um grau moderado de heterogeneidade produtiva.

Com base nestes critérios, os 18 países da região analisados foram classificados por nível de heterogeneidade estrutural e distribuídos como países de heterogeneidade estrutural moderada, de heterogeneidade estrutural intermediária e de heterogeneidade estrutural severa (quadro VIII.2).

Quadro VIII.2
América Latina (18 países): classificação por heterogeneidade estrutural

	Grau de heterogeneidade estrutural	
Moderado (HEM)	Intermediário (HEI)	Severo (HES)
Argentina	Brasil	Bolívia (Est. Plur. da)
Chile	Colômbia	Equador
Costa Rica	Panamá	El Salvador
México	Venezuela (Rep. Bol. da)	Guatemala
Uruguai		Honduras
		Nicarágua
		Paraguai
		Peru
		República Dominicana

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do quadro VIII.A.1.

a) Países com heterogeneidade estrutural moderada (HEM)

Este conjunto de países tem o menor grau de heterogeneidade estrutural na América Latina (quadro VIII.2), gera 40,8% do PIB e inclui 31,1% da população e 31,9% do emprego na região (quadro VIII.3). Estes países em conjunto registram o PIB *per capita* mais alto da região (13,9 mil dólares PPP³), uma vez que tanto o PIB por trabalhador (34,6 mil dólares PPP) quanto a taxa de emprego/população (40,5%) são superiores aos dos demais países.

Esse bom desempenho relativo permite que as economias funcionem com uma estrutura produtiva mais equilibrada que a dos outros países analisados. Nos países de HEM, o *estrato alto* responde por 62,7% do PIB e 22,4% do emprego. Em contrapartida, o *estrato baixo* contribui com 9,2% do PIB e responde por 41,9% do emprego. Entre ambas, encontra-se o *estrato médio*, que representa 28,1% do PIB e 35,7% do emprego (quadro VIII.3).

Como resultado, o grupo de países de HEM registra as menores diferenças de produtividade entre os estratos produtivos da região. De fato, o PIB por trabalhador do *estrato alto* é 12,5 vezes o do *estrato baixo* e 3,8 vezes o do *estrato mediano*. Do mesmo modo, a produtividade do *estrato médio* é 3,3 vezes a do *estrato baixo* (quadro VIII.3).

Este grupo de países apresenta um mercado de trabalho mais equilibrado em termos quantitativos e qualitativos do que os demais analisados. Além de uma alta taxa de participação (59,6%) e uma elevada taxa de ocupação (55,1%), a taxa de desemprego é a mais baixa da região (quadro VIII.3). Em relação à qualidade do emprego, estes países registram a menor taxa de informalidade da América Latina (41,9%).

Dessa maneira, é notável que, neste grupo de países, cuja estrutura econômica é relativamente homogênea, a distribuição de renda é mais equitativa e os níveis de pobreza (absoluta e relativa) são mais baixos do que nos outros países da região.

Assim, a renda *per capita* de cada um dos quintis de renda do grupo HEM é superior ao resto (quadro VIII.3). Por exemplo, a renda *per capita* do quintil mais pobre (2,9 mil dólares PPP) supera amplamente a renda registrada nos países de heterogeneidade intermediária (1,8 mil dólares PPP) e quase triplica a dos países de heterogeneidade severa (1,0 mil de dólares PPP).

Por outro lado, os indicadores de concentração de renda mostram que, no grupo dos países de HEM, a distribuição de renda é menos desigual do que nos outros países analisados, considerando que seu Índice de Gini (49,7) é o menor da região.

³ Corresponde a dólares de “paridade de poder de compra” (PPP, por sua sigla em inglês).

Finalmente, nos países de HEM, a extensão da pobreza absoluta (26,4%) e da pobreza relativa (20%) é inferior à dos outros países analisados.

Em suma, o grupo de países com HEM tem, em relação aos restantes, uma estrutura econômica mais homogênea, isto é, com menores diferenciais de produtividade e porcentagem de empregados no *estrato baixo*, e apresenta melhores indicadores de desempenho, tais como renda *per capita*, produtividade, formalização do emprego desigualdade de renda e pobreza.

b) Países com heterogeneidade estrutural severa (HES)

Dos países da América Latina selecionados, num extremo encontram-se aqueles com economias que funcionam com elevado grau de heterogeneidade estrutural (quadro VIII.2) e que correspondem a 18,6% da população e 17,6% do emprego da região. O PIB *per capita* dos países classificados como HES é o mais baixo da região (6,3 mil dólares PPP), como resultado de que tanto o PIB por trabalhador (16,9 mil dólares PPP) quanto a taxa de emprego/população (37,2%) são inferiores aos dos outros países (quadro VIII.3).

O que distingue as economias dos países de HES das demais é que as diferenças de produtividade entre os diversos estratos são muito mais marcadas. Inclusive, os estratos de muito baixa produtividade absorvem uma parte substancial do emprego total, o que reflete a modernização parcial e imperfeita do seu sistema de produção. Nestes países, o *estrato alto* gera 49,2% do PIB e 24,2% do emprego. Por sua vez, o *estrato médio* representa 25,7% do PIB e 16,9% do emprego (quadro VIII.3). Sob essas condições, 58,9% do emprego se concentram no estrato de baixa produtividade, que contribui com 25,1% do PIB. Na região, é neste grupo de países que se registram a mais alta proporção de emprego nos setores de baixa produtividade e a porcentagem mais baixa de pessoas empregadas no *estrato intermediário*.

O alto grau de heterogeneidade estrutural presente nas economias do grupo dos países de HES se reflete em maiores diferenças de produtividade entre os estratos produtivos do que as do resto da região: o PIB por trabalhador do *estrato alto* é 17 vezes o do *estrato baixo* e 4,4 vezes o do estrato médio. Além disso, a produtividade do *estrato médio* é mais de 3,9 vezes a do *estrato baixo* (quadro VIII.3).

A heterogeneidade produtiva reflete-se também na estrutura do mercado de trabalho. Os países de HES têm a taxa de participação (60,9%) mais alta da região, mas, apesar disso, a taxa de desemprego (8,2%) é semelhante à média (8,3%). Isso ocorre porque a elevada taxa de ocupação (55,9%) é muito influenciada pelo setor informal, que representa 58,9% do emprego, a cifra mais alta da região (quadro VIII.3).

Quadro VIII.3
América Latina, países selecionados(18) e Portugal: dados básicos,2009
(Em porcentagens e milhares de dólares PPP)

Componentes	América Latina	Grupo de países			Portugal
		HEM	HEI	HES	
Dados gerais					
PIB per capita	10,6	13,9	10,2	6,3	23,8
PIB por trabalhador	27,0	34,4	25,8	16,9	49,5
Taxa de emprego/população	39,3	40,5	39,4	37,2	48,0
Estrutura econômica					
Produtividade	27,1	34,4	25,8	16,9	49,5
Camada alta (A)	91,2	96,6	95,9	64,7	102,7
Camada média (M)	20,5	25,3	18,5	14,7	42,7
Camada baixa (B)	5,6	7,7	5,2	3,8	25,1
Razão entre produtividades					
A/B	16,3	12,5	18,6	17,0	4,1
A/M	4,5	3,8	5,2	4,4	2,4
M/B	3,7	3,3	3,6	3,9	1,7
Composição do PIB					
Camada alta	66,9	65,8	67,8	67,8	43,1
Camada média	22,5	24,5	21,5	18,2	40,5
Camada baixa	10,6	9,7	10,7	14,0	16,4
Composição do emprego					
Camada alta	19,8	23,4	18,2	17,8	20,8
Camada média	30,0	33,4	30,8	21,2	46,9
Camada baixa	50,2	43,2	51,0	61,0	32,3
Distribuição da renda					
Rendas per capita/quintis	10,6	13,9	10,2	6,3	23,8
V	30,0	38,2	29,0	18,2	45,2
IV	11,0	13,9	10,3	6,3	27,2
III	6,2	8,9	5,9	3,8	26,1
II	4,1	5,8	4,2	2,3	13,4
I	1,9	2,9	1,8	1,0	6,9
Relação entre as rendas do quintil I e do quintil V	15,6	13,1	15,8	18,5	6,6
Índice de Gini	51,7	49,7	52,2	53,3	38,1
Pobreza (porcentagens)					
Incidência da pobreza absoluta	33,1	26,2	28,7	47,1	n.d
Incidência da pobreza relativa	22,3	20,0	23,3	23,4	16,3

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2010b, 2010c), UE (2011b), IMF (2011), OECD (2011), OIT (2006, 2007, 2010) e World Bank (2011).

A heterogeneidade estrutural severa que caracteriza estes países está igualmente associada, em termos regionais, à maior desigualdade na distribuição de renda e à maior incidência de pobreza. A renda *per capita* média desses países não só é a mais baixa da América Latina, como é também a que se apresenta significativamente inferior ao registrado nos demais países em cada um dos quintis (quadro VIII.3). Por exemplo, nos

países de HES, a renda *per capita* do V quintil (18,2 mil dólares PPP) é menos da metade da registrada nos países de HEM (38,2 mil dólares PPP) e corresponde a cerca de 60% da média da região (30,0 mil dólares PPP). Essas diferenças aumentam quando se comparamos níveis mais baixos de renda. De fato, a renda *per capita* do quintil I dos países de HES (1,0 mil dólares PPP) representa somente 1/3 do correspondente aos países de HEM (2,9 mil dólares PPP) e um pouco mais de metade da média da região (1,9 mil dólares PPP).

Além desse baixo nível de renda, os países de HES têm o pior perfil distributivo observado na região (quadro VIII.3). As medidas de desigualdade de renda mostram que, por um lado, a renda *per capita* do quintil V é 18,5 vezes a do quintil I (a média dos países analisados é 15,6) e, por outro, o Índice de Gini chega a 53,3, cifra que representa a maior concentração de renda entre os grupos de países da América Latina.

Por último, nos países de HES, a extensão da pobreza, tanto absoluta (47,1%) quanto relativa (24,0%) são as maiores da região (quadro VIII.3).

Resumindo, o grupo de países de HES, quando comparado com os demais, tem uma estrutura econômica desequilibrada, o que se reflete nas maiores diferenças de produtividade e na mais alta porcentagem de ocupantes do *estrato baixo*. Este grupo apresenta também os menores níveis de renda *per capita* e de produtividade da região, uma precária situação do emprego, muito afetada pela informalidade, e problemas mais agudos de desigualdade da renda e de pobreza.

c) Países com heterogeneidade estrutural intermediária (HEI)

Estes países têm uma estrutura econômica semelhante à média da América Latina (quadro VIII.2). Em conjunto, contribuem com a maior parte do PIB regional (48,2%) e representam porcentagens elevadas tanto da população (50,3%) quanto do emprego (50,5%) da região (quadro VIII.3). Neste estrato se registram um PIB *per capita* de 10,2 mil dólares PPP, um PIB por trabalhador de 25,8 mil dólares PPP e uma taxa de emprego/população que alcança 39,4%, cifras similares às respectivas médias da região.

A semelhança da estrutura produtiva dos países de HEI com a média da região faz com que o grau de heterogeneidade estrutural de suas economias seja similar ao descrito na seção 1. Neste grupo de países, o *estrato alto* gera 70,4% do produto e somente 17,4% do emprego total (quadro VIII.3). Assim, o *estrato médio* contribui com 21,5% do produto e 35,6% da ocupação total. O *estrato baixo* inclui 47% do emprego e contribui ao produto com somente 8,2%.

Em relação ao diferencial de produtividades, os dados mostram que o produto por trabalhador do *estrato alto* corresponde a 18,2 vezes o

do *estrato baixo*, 5,2 vezes o produto por trabalhador do *estrato médio* e 3,7 vezes à média (quadro VIII.3). Além disso, o produto por trabalhador do *estrato médio* é 3,6 vezes o de produtividade baixa, com nível equivalente a 0,7 da média. É importante destacar que neste grupo de países registra a maior diferença de produtividade da região, tanto do *estrato alto* em relação à média e à baixa, quanto da média em relação ao *estrato baixo*.

Quanto ao desempenho do mercado de trabalho, os países de HEI têm a taxa de participação (58,9%) e a taxa de ocupação (53,7%) mais baixa da região (quadro VIII.3). Como resultado, a taxa de desocupação (8,9%) é superior à média (8,3%). Além disso, nestes países, o alto desemprego é acompanhado por elevada informalidade (47%).

Nos países de HEI, a elevada brecha de produtividades é traduzida em uma distribuição de renda quase tão desigual como a dos países de HES (quadro VIII.3). Mesmo quando a renda *per capita* média e por quintis dos países de HEI é superior aos destes últimos, a disparidade de renda medida pelo Índice de Gini é muito similar (52,2 contra 53,3). Apesar desses desequilíbrios distributivos, a pobreza absoluta dos países de HEI (28,5%) é inferior à registrada nos países de HES (47,1%).

Em suma, o grupo de países de HEI tem uma estrutura econômica desequilibrada em comparação com os países de HEM, que se reflete em maiores diferenciais de produtividade e em maior porcentagem de trabalhadores no *estrato baixo*. Os países têm um nível de renda *per capita* e de produtividade semelhante à média da região, a situação do emprego está fortemente influenciada pelas baixas taxas de participação e ocupação, dessa forma os problemas de desigualdade de renda são tão agudos como nos países de HES, ainda que a extensão da pobreza seja menor.

1.3 Situação no Brasil

A estrutura econômica do Brasil é semelhante à média da América Latina (quadros VIII.3 e VIII.4). É o país com a maior contribuição individual para o PIB (33,8%) e representa elevadas porcentagens tanto da população (35,2%) quanto do emprego (34,7%) da região (quadro VIII.A1). Tem um PIB *per capita* de 10,2 mil dólares PPP, um PIB por trabalhador de 26,3 mil dólares PPP e uma taxa de emprego/população que atinge 38,8%, cifras similares às respectivas médias da região (quadros VIII.3 e VIII.4).

A semelhança da estrutura produtiva do Brasil com a média da região faz com que o grau de heterogeneidade estrutural de sua economia seja similar ao descrito no caso dos países de HEI, na seção anterior.

No Brasil, o *estrato alto* gera 69% do produto e apenas 18% do emprego total (quadro VIII.4). Por sua vez, o *estrato médio* contribui com

21,3% do produto, e 30,8% do emprego total. O *estrato baixo* inclui 51,2% do emprego e contribui com somente 9,7% ao produto

Em relação ao diferencial de produtividades, os dados mostram que o produto por trabalhador do *estrato alto* é 20,2 vezes o do *estrato baixo*, 5,5 vezes o produto por trabalhador do estrato baixo e 3,8 vezes a média (quadro VIII.4). Por outro lado, o produto por trabalhador pertencente ao *estrato médio* é 3,6 vezes o de produtividade baixa, e seu nível equivale a 0,7 vezes a média. Cabe ressaltar que no Brasil é registrada a maior diferença de produtividade entre os grupos de países, tanto do *estrato alto* em relação ao *médio* e ao *baixo*, quanto da média em relação ao *estrato baixo* (quadro VIII.3 e VIII.4).

Quadro VIII.4
Brasil e Portugal: dados básicos, 2009
(Em porcentagens e milhares de dólares PPP)

Componentes	Brasil	Portugal
Dados gerais		
PIB per capita	10,2	23,8
PIB por trabalhador	26,3	49,5
Taxa de emprego/população	38,8	48,0
Estrutura econômica		
Produtividade	26,3	49,5
Camada alta (A)	100,8	102,7
Camada média (M)	18,2	42,7
Camada baixa (B)	5,0	25,1
Razão entre produtividades A/B	20,2	4,1
A/M	5,5	2,4
M/B	3,6	1,7
Composição do PIB		
	100,0	100,0
Camada alta (A)	69,0	43,1
Camada média (M)	21,3	40,5
Camada baixa (B)	9,7	16,4
Composição do emprego		
	100,0	100,0
Camada alta (A)	18,0	20,8
Camada média (M)	30,8	46,9
Camada baixa (B)	51,2	32,3
Distribuição da renda		
Renda per capita/quintis	10,2	23,8
V	32,5	45,2
IV	8,8	27,2
III	5,3	26,1
II	3,1	13,4
I	1,3	6,9
Relação entre a renda do quintil V e a renda do quintil I	25,0	6,6
Índice de Gini	57,6	38,1
Pobreza (porcentagens)		
Incidência da pobreza absoluta	24,9	n.d
Incidência da pobreza relativa	23,9	16,3

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2010b, 2010c), UE (2011b), IMF (2011), OECD (2011), OIT (2006, 2007, 2010) e World Bank (2011).

Em termos de desempenho do mercado de trabalho, observa-se que o Brasil está entre os países da região que apresentam as mais baixas taxas de participação (56,7%) e de ocupação (52,1%) (quadro VIII.A.1).

Dessa maneira, no Brasil, a taxa de desocupação (8,1%) está abaixo da média da região (8,4%), mas este baixo desemprego está acompanhado de uma elevada informalidade (51,2%).

Por outro lado, a alta brecha de produtividade do Brasil traduz-se em uma distribuição de renda mais desigual do que a dos países de heterogeneidade estrutural severa – HES (quadros VIII.3 e VIII.4). Apesar de a renda per capita média e por quintis do Brasil ser superior à destes últimos, a disparidade de renda medida pelo Índice de Gini é maior (57,6 contra 53,3). Mesmo com estes desequilíbrios distributivos, a pobreza absoluta do Brasil (24,9%) é significativamente menor do que a registrada pelos países de HES (47,1%).

2. Brasil no limiar do desenvolvimento

2.1 Definição do limiar do desenvolvimento

Para definir o limiar do desenvolvimento para o Brasil, foi utilizada a renda *per capita* dos países, critério semelhante ao utilizado por outras organizações internacionais. Assim, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que um país é desenvolvido quando o seu PIB *per capita* supera 22,0 mil de dólares PPP⁴.

Seguindo este critério, observa-se que Portugal, com um PIB *per capita* de 23,8 mil de dólares PPP (quadro VIII.3), é um país que supera levemente o limiar do desenvolvimento. As cifras fornecidas pelo FMI indicam que Portugal tem, juntamente com a Eslováquia, o menor PIB *per capita* do grupo que esse organismo classifica como “países desenvolvidos”⁵. Além disso, de acordo com os dados da OCDE, o PIB *per capita* de Portugal está entre os sete menores dos 34 países-membros da instituição, superando levemente o da Eslováquia, da Hungria e da Estônia e por uma larga margem também o México, a Turquia e o Chile. O nível de desenvolvimento relativo de Portugal também fica em evidência ao analisar sua situação entre os países da União Europeia – UE (27 países), visto que seu PIB *per capita* encontra-se entre os sete mais baixos da UE⁶.

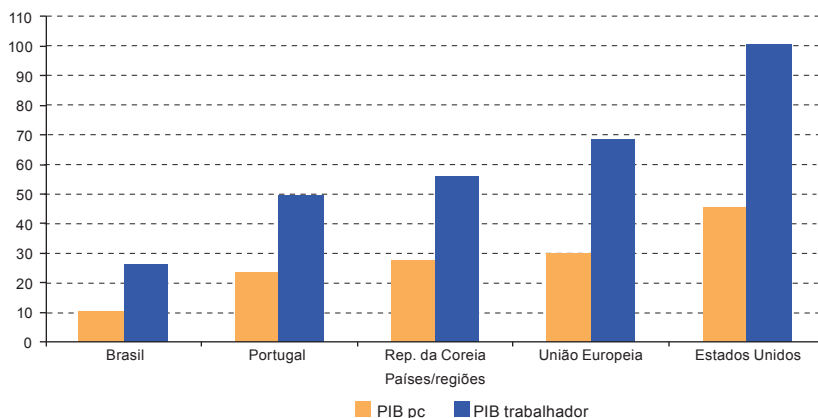
⁴ Dólares PPP de 2009.

⁵ Este grupo inclui 33 países da OCDE.

⁶ Em termos de renda *per capita*, Portugal supera a Romênia, a Eslováquia, a Turquia, a Bulgária, a Estônia e a Polônia.

Por outro lado, ao comparar o PIB *per capita* de Portugal com o de outros países do mundo desenvolvido, tais como República da Coreia (27,6 mil dólares PPP), União Europeia (29,8 mil dólares PPP) e Estados Unidos (45,6 mil dólares PPP), observa-se que a brecha da renda per capita é significativa e aumenta, ao considerar o PIB por trabalhador de cada país (gráfico VIII.1).

Gráfico VIII.1
Países selecionados e União Europeia: produto interno bruto (PIB)
per capita e por trabalhador, 2009
(Em milhões de dólares PPP)



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados do quadro VIII.1, em anexo, União Europeia (2011b), Fundo Monetário Internacional (FMI) (2011), OECD (2011), Banco Mundial (2011) e Statistics Korea (2009).

Os dados mostram que o Brasil enfrenta uma brecha importante no PIB *per capita* em relação aos países desenvolvidos, mas significativamente menor com respeito a Portugal, país menos desenvolvido desta seleção (gráfico VIII.1). Assim, na análise apresentada a seguir, considera-se que a situação deste último país representa o limiar do desenvolvimento de mais fácil acesso para o Brasil.

2.2 Brechas de renda, produtividade e desigualdade

A análise comparativa da situação atual no Brasil (BR) e Portugal (PL) se concentra em três aspectos: o PIB *per capita* e seus determinantes, a estrutura econômica e a distribuição de renda.

a) PIB per capita e PIB por trabalhador

Geralmente, se considera o PIB *per capita* um indicador adequada para retratar o nível médio de bem-estar da população de um país ou de

uma região. Ao utilizar esse indicador, verifica-se que, atualmente, o PIB *per capita* de BR alcança 10,2 mil dólares PPP, representando 42,9% do de PL 23,8 mil dólares PPP em 2009 (quadro VIII.4). Esta relação alcança 44,8% no caso da média da região (quadros VIII.3, VIII.4 e VIII.5).

Quadro VIII.5
Brasil: brechas em relação a Portugal, 2009
(Em porcentagens e índices)

Componentes	Brasil	Portugal
Dados Gerais		
PIB per capita	42,9	100,0
PIB por trabalhador	53,1	100,0
Taxa de emprego/população	80,8	100,0
Estrutura econômica		
Produtividade	53,1	100,0
Camada alta	98,2	100,0
Camada média	42,6	100,0
Camada baixa	19,9	100,0
Diferenças na composição do PIB		
Camada alta	25,9	0,0
Camada média	-19,2	0,0
Camada baixa	-6,7	0,0
Diferenças na composição do emprego		
Camada alta	-2,8	0,0
Camada média	-16,1	0,0
Camada baixa	18,9	0,0
Distribuição da renda		
Renda per capita/quintis	42,9	100,0
V	71,8	100,0
IV	32,4	100,0
III	20,3	100,0
II	23,1	100,0
I	18,9	100,0
Índice de Gini	151,2	100,0
Pobreza		
Incidência da pobreza	146,6	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2010b, 2010c), UE (2011b), IMF (2011), OECD (2011), OIT (2006, 2007, 2010) e World Bank (2011).

Estas diferenças são explicadas por dois motivos: o nível da produtividade e o nível da taxa de emprego/população (quadro VIII.2 e gráfico VIII.4). O PIB por trabalhador do BR representa 53,1% do de PL (26,3 mil dólares PPP contra 49,5 mil dólares PPP), assim a taxa de emprego/população de BR (38,8%) é bastante inferior à de PL (48,1%).

Em suma, Portugal tem um PIB *per capita* maior do que o do Brasil, porque o nível de produtividade e a razão emprego/população são superiores.

b) Estrutura econômica

O alto grau de heterogeneidade estrutural do Brasil contribui para que, em relação a PL, se apresentem fortes diferenças por estrato, em matéria de produtividade, da composição do PIB e do emprego.

No *estrato alto*, a produtividade do BR (100,8 mil dólares PPP) é muito semelhante à de PL (102,7 mil dólares PPP), o que é compreensível, devido à globalização e à transnacionalização do capital (quadro VIII.2 e gráfico VIII.4).

Ao comparar o desempenho do *estrato alto* em BR e em PL, observam-se escassas diferenças na geração de emprego. Isto, visto que o *estrato alto* em BR absorve 18% do emprego, cifra que alcança 20,8% no caso de PL. No entanto, a contribuição para o produto é muito diferenciada, pois no BR representa 69% do PIB total, cifra bastante superior aos 43,1% de PL (quadro VIII.4 e gráficos VIII.3 e VIII.4).

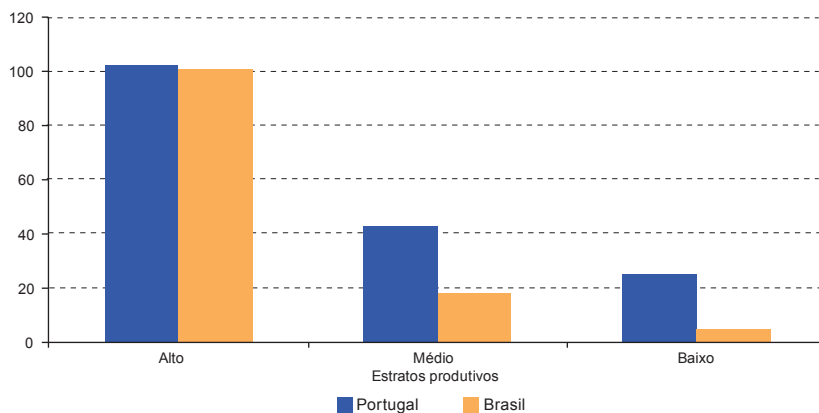
No *estrato médio*, observam-se maiores diferenças. A produtividade (18,2 mil dólares PPP) é 42,6% da registrada em PL (42,7 mil dólares PPP) (quadros VIII.4, VIII.5 e gráfico VIII.2).

Os dados que contribuem para o PIB e para a criação de emprego revelam o escasso desenvolvimento que as empresas pequenas e médias têm alcançado no BR ao serem comparadas com as de PL, as quais formam a base da estrutura econômica, juntamente com as empresas do *estrato alto*. No Brasil, as PME geram 30,8% do emprego e contribuem com 21,3% do produto, porcentagens que chegam a, respectivamente, 46,9% e 40,5% no caso de PL (quadro VIII.4, gráfico VIII.3 e VIII.4).

No *estrato baixo*, as diferenças são muito significativas. A produtividade do BR (5,0 mil dólares PPP) corresponde a 19,9% da observada em PL (US\$ 25,1 milhões) (quadros VIII.4 e VIII.5 e gráfico VIII.2).

Por outro lado, o atraso relativo da estrutura econômica do BR é refletido no *estrato baixo*, que concentra a maior parte do emprego (51,2%) e gera uma baixa proporção do PIB (9,7%), assim, em PL este estrato, com uma proporção menor dos ocupados (32,3%), registra maior contribuição ao produto (16,4%) (quadro VIII.4, gráficos VIII.3 e VIII.4).

Gráfico VIII.2
Brasil e Portugal: PIB por ocupado, segundo o estrato produtivo (2009)
 (Em milhões de dólares PPP)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2010b, 2010c), UE (2011b), IMF (2011), OECD (2011), OIT (2006, 2007, 2010) e World Bank (2011).

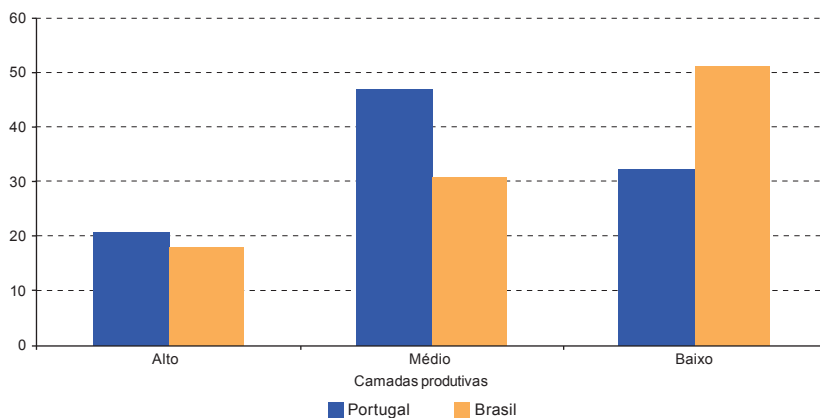
Definitivamente, as brechas tanto em termos de produtividade quanto de composição do produto em relação a PL são grandes, haja vista o elevado grau de heterogeneidade estrutural do BR. A este respeito, as diferenças mais significativas referem-se ao desenvolvimento dos *estratos médios e baixos*. Igualmente, destaca-se que a redução da elevada porcentagem dos trabalhadores ocupados em atividades de baixa produtividade representa um dos grandes desafios que o Brasil deverá enfrentar para convergir em direção ao desenvolvimento com igualdade.

c) Brechas segundo o grau de heterogeneidade estrutural dos países

Uma forma de avaliar o grau de heterogeneidade estrutural é medindo os diferenciais de produtividade dos avançados e dos mais atrasados. Na medida em que essa diferença aumenta, maior será o desequilíbrio produtivo dos países. Ao comparar a situação do Brasil com a de Portugal, é demonstrado que a relação entre o PIB por trabalhador do *estrato alto e do estrato baixo* alcança 20,2 no BR e apenas 4,1 vezes em PL (quadro VIII.4).

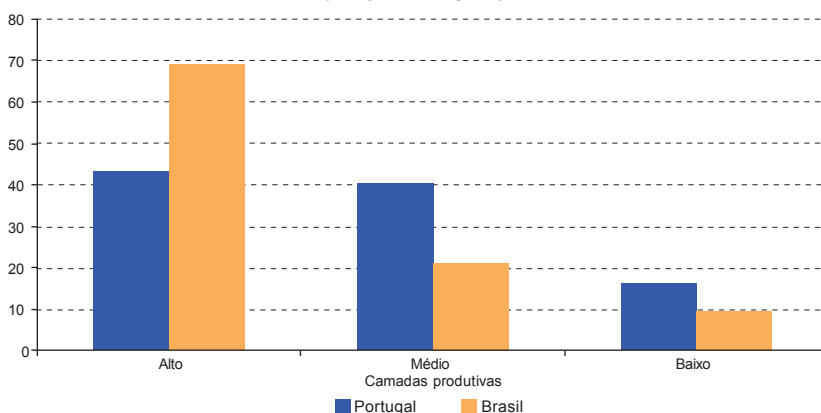
As diferenças entre BR e PL mantêm-se ao considerar, além do critério anterior, a relação entre o PIB correspondente por ocupado do *estrato alto e do estrato médio* e deste em relação ao *estrato baixo* (quadro VIII.4).

Gráfico VIII.3
Brasil e Portugal: composição do emprego por estrato produtivo (2009)
(Em porcentagens)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos quadros 1, 2 e Angelelli et al. (2007), Alarcón et al. (2006), CEPAL (2001, 2009, 2011a), Dane (2009), UE (2011b) Ferraro, Stumpo (2010), Giraldo (2005), Guaipatin (2003), IBGE (2009), Inegi (2009 a e 2009b), Infante (2009), Meghana et al. (2005), Mora (2004), MTE (2009), Mocelin (2008), OECD (2011), Pnud (2005), Price (2005), Robles (2005), Sunkel, Infante (2009) e Villarán (2007).

Gráfico VIII.4
Brasil e Portugal: composição do PIB por estrato produtivo, 2009
(Em porcentagens)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos quadros VIII.A.4 e VIII.A.5

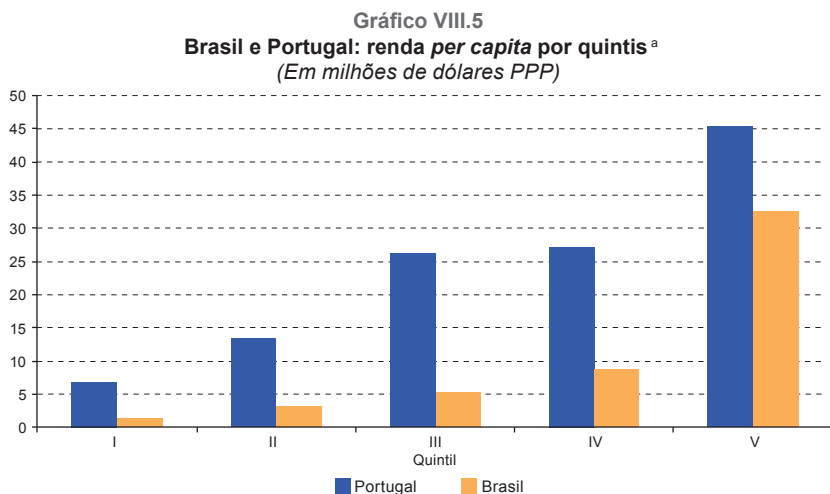
Estas cifras demonstram a grande assimetria que caracteriza a estrutura econômica do BR e evidenciam a magnitude do esforço necessário, em termos de convergência produtiva, que o Brasil deverá realizar para alcançar o limiar de desenvolvimento proposto.

d) Distribuição de renda

Como se destacou, os diferentes níveis de produtividade dos ocupados dos diversos estratos produtivos são um fator originário da distribuição desigual de renda.

Nesse sentido, considera-se, em cada quintil de renda *per capita*, a renda por trabalhador e a relação emprego/população, respectivamente. Desse modo, a renda por trabalhador depende da produtividade, o que, por sua vez, é uma função da composição do emprego por nível de produção em cada quintil. Assim, por exemplo, o emprego dos quintis inferiores tem alto componente de ocupados do estrato de baixa produtividade e, ao contrário, nos quintis superiores, uma alta fração dos ocupados pertence ao estrato de alta produtividade. Isso explicaria o diferencial de renda e sua desigual distribuição.

Os indicadores de concentração de renda mostram que a desigualdade no BR é significativamente maior, se comparado a PL (gráfico VIII.5).



Fonte: Elaboração própria com base em dados da CEPALI (2011c) e União Europeia (2011a, 2011b).

^a Corresponde a quintis de ocupados

A relação entre a renda *per capita* do quintil⁷ (V) e do quintil (I) é 25 no BR e, no entanto, apenas 6,6 em PL, ao passo que o Índice de Gini alcança 57,6 no primeiro caso e no segundo 38,1 (quadro VIII.4 e gráfico VIII.5).

Como indicado, a renda *per capita* do BR é menos da metade (42,9%) da registrada em PL. No entanto, ao se examinar a relação de rendas no BR

⁷ Quintis de população.

e em PL, apresenta-se a seguinte correspondência: apenas 21% nos quintis inferiores (I e II), 26,3% nos médios (III e IV) e 71,8% no quintil V. Essas diferenças também se observam nas porcentagens da renda total capturada por cada quintil (quadros VIII.4, VIII.5 e quadro VIII.A.1, no anexo).

Em suma, os indicadores de distribuição mostram que no Brasil o alto grau de heterogeneidade estrutural manifesta-se em elevada desigualdade na distribuição de renda, em contrapartida, a relativa homogeneidade produtiva de Portugal é refletida em uma distribuição mais igualitária.

3. Cenários da convergência produtiva e desafios

3.1 Antecedentes

Estima-se que, para fechar as brechas existentes na renda *per capita* do BR com relação a PL, será necessário, pelo menos, um prazo de 21 anos. Neste ínterim, a renda *per capita* do Brasil deveria crescer 4,1% ao ano e o PIB a 4,7% por ano⁸, considerando que as estimativas indicam que a população aumentará ao ritmo anual de 0,5% (quadros VIII.9 e 10).

Por outra parte, uma vez que a taxa de emprego/população deveria aumentar de 38,8% dos atuais para 48% (nível de PL), o emprego precisaria crescer 1,6% ao ano. Como resultado do crescimento do PIB e do emprego, o produto por ocupante aumentaria em 3,1% por ano.

Em comparação com as experiências de alguns países desenvolvidos, é importante ressaltar que tanto o horizonte considerado nas projeções quanto o crescimento do PIB *per capita* são semelhantes aos registrados na República da Coreia e em Portugal em suas trajetórias desde um nível igual ao que atualmente o Brasil tem (10,2 mil dólares PPP), em direção ao limiar do desenvolvimento (23,8 mil dólares PPP). Na verdade, Portugal demorou 30 anos (desde 1972 até 2002) para alcançar esse limite, isto é, este limiar, como resultado de um crescimento de 2,7% por ano do PIB *per capita* (gráfico VIII.6). Esse horizonte é consideravelmente reduzido no caso da República da Coreia, visto que, com um crescimento anual do PIB *per capita* de 5%, conseguiu alcançar em apenas 16 anos (1988-2004) o limiar do desenvolvimento.

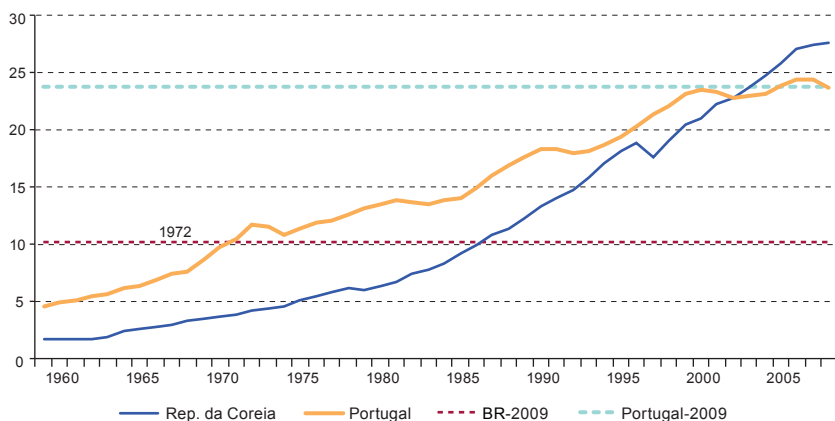
⁸ Estas cifras são semelhantes às registradas pelo Brasil entre 2003 e 2008. Neste período, o crescimento do PIB *per capita* foi de 3,6% e o do PIB atingiu 4,8% —valores estimados com base nos dados da CEPAL (2010b).

Como visto, o cenário de convergência produtiva proposto para o Brasil envolve uma trajetória intermediária entre a da República da Coreia e a de Portugal, uma vez que considera um horizonte de 21 anos e um crescimento anual de 4,1% do PIB *per capita*.

3.2 Convergência produtiva: projeções

Há intenções de demonstrar, com essas projeções, a provável evolução da convergência produtiva do Brasil em relação à situação de Portugal. Para isso, dimensionam-se os esforços que o país deve empenhar para reduzir as brechas de produtividade, emprego e desigualdade necessárias para atingir o limiar do desenvolvimento. Como pode ser deduzido das análises prévias, tais esforços serão importantes, haja vista o grau de heterogeneidade estrutural que caracteriza a economia do Brasil.

Gráfico VIII.6
República da Coreia e Portugal: evolução do PIB *per capita*, 1960-2009
(Em milhões de dólares PPP de 2009)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Banco Mundial (2011).

a) Método de estimativa

Como mencionado, no exercício se considera a equalização do PIB *per capita* do Brasil com o de Portugal em 21 anos, isto é, em um período compreendido entre 2009 e 2030. Isto implica determinada taxa de crescimento do PIB *per capita*, a qual, juntamente com as estimativas da população, permite calcular a expansão do PIB no longo prazo.

Uma vez conhecidos o crescimento do PIB *per capita* e o da população, o fechamento da brecha na relação emprego/população do BR com PL ocorre em consequência do crescimento do emprego e da produtividade.

Nas projeções de convergência produtiva, é considerada, além destas condições gerais, a necessidade de adaptar a estrutura produtiva do Brasil à de Portugal. Isto implica igualar a produtividade, bem como a composição do PIB e do emprego no Brasil com a apresentada no limiar do desenvolvimento.

Nesse contexto, calcula-se que, com a redução das diferenças de produtividade entre os estratos, criar-se-iam as condições para melhorar a distribuição de renda.

Finalmente, estima-se o investimento necessário, isto é, o aumento de capital necessário para o crescimento do PIB, nas diferentes estratos produtivos do Brasil, que permita convergir em direção ao limiar do desenvolvimento. As perspectivas são descritas a seguir.

b) Projeções 2009-2030

As projeções demonstram que o Brasil, que em relação à região dispõe de uma economia com grau de heterogeneidade intermediário (HEI) (quadro VIII.3), poderia atingir o limiar do desenvolvimento em um prazo de 21 anos. Nesse período, as taxas anuais de crescimento do PIB e da população seriam de 4,7% e 0,5%, respectivamente, e a do PIB *per capita* alcançaria 4,1% (quadro VIII.6 e anexo 2).

Por outro lado, a necessidade de elevar a atual relação emprego/população (38,8%) ao nível de Portugal (48%), somada ao crescimento populacional mencionado, implica que o emprego deveria crescer 1,6% nesse período. Isto significa que a produtividade média aumentaria 3,1% por ano, entre 2009 e 2030 (quadro VIII.6 e anexo 2).

Como indicado, nessas projeções, a convergência produtiva significa a equalização das produtividades, bem como a das composições de emprego e de produto com as de Portugal. As estimativas demonstram que, no caso do Brasil, o crescimento anual da produtividade deveria ser fortemente elevado nos *estratos médios* (4,1%) e *baixos* (8,0%) e de forma muito moderada no *estrato alto* (0,1%) para alcançar os níveis correspondentes ao limiar do desenvolvimento (quadro VIII.6).

A criação de novos postos de trabalho deveria concentrar-se nos *estratos altos e médios*, com uma redução da ocupação no *estrato baixo*. Assim, a taxa de crescimento anual de emprego seria de 3,6% no *estrato médio*, 2,3% no *estrato alto* e de 0,6% no *estrato baixo*. Como consequência, aumentaria a participação no emprego, em pontos percentuais, do *estrato médio* de 16,1 e do *estrato alto* em 2,8, enquanto a do *estrato baixo* diminuiria 18,9 (quadro VIII.6).

A composição do produto por estrato mudaria significativamente a favor dos *estratos médios e baixos*, como consequência da convergência produtiva. Assim, é previsto que aumente o peso na atividade econômica dos *estratos médios* (19,2 p.p.) e *baixa* (6,7 p.p.) como resultado de um rápido crescimento anual do PIB de 7,9% e 7,3% respectivamente. Essas mudanças

estariam acompanhadas de uma menor participação na economia do estrato *alto* (-25,9 p.p.) cujo produto aumentaria em 2,4% ao ano no período analisado.

A distribuição de renda poderia melhorar como resultado do aumento do emprego e da produtividade dos *estratos médios e baixos*. Isso dependerá do funcionamento do mercado de trabalho para que essas condições favoráveis se transformem finalmente em rendas mais elevadas para os trabalhadores pertencentes ao quintil mais baixo.

Finalmente, as projeções do Brasil também demonstram que as mudanças na composição do produto e do emprego, bem como o aumento esperado da produtividade, especialmente, nos *estratos intermediário e baixo*, exigirão maiores recursos de investimento.

Quadro VIII.6
Brasil: convergência produtiva. Cenário de “Limiar do desenvolvimento”
(Em porcentagens e taxas de crescimento anual)

Componente	Brasil
Horizonte	21 anos
Taxa de crescimento (porcentagem)	
Produtividade	3,1
Alta	0,1
Média	4,1
Baixa	8,0
PIB	4,7
Alto	2,4
Médio	7,9
Baixo	7,3
Emprego	1,6
Alto	2,3
Médio	3,6
Baixo	-0,6
Mudança de composição (porcentagem)	
PIB	0,0
Alto	-25,9
Médio	19,2
Baixo	6,7
Emprego	0,0
Alto	2,8
Médio	16,1
Baixo	-18,9
Taxa de crescimento (porcentagem)	
Renda per capita (quintis)	4,1
I	8,3
II	7,2
III	7,9
IV	5,5
V	1,6
Investimento (porcentagem)	
Investimento acumulado/PIB inicial	118
Investimento/PIB–média anual	3,3

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2010b, 2010c), UE (2011b), IMF (2011), OECD (2011), OIT (2006, 2007, 2010) e World Bank (2011).

De acordo com as estimativas, esses recursos de investimento equivalem a 1,18 vezes o PIB total do Brasil (2009) ou, alternativamente, a 3,3% do PIB de cada ano por um período de 21 anos (quadro VIII.6 e anexo 2). Se a esta cifra é agregada às necessidades de investimento no *estrato alto* (4% do PIB de cada ano), o país necessitará alocar 7,3 p.p. adicionais do PIB para enfrentar as alterações indicadas. Isso significa que, para aumentar a convergência produtiva, é preciso que o coeficiente de investimento aumente de 19 p.p. atuais⁹, para 26,3% nas próximas duas décadas.

3.3 Os desafios da transformação produtiva no Brasil

As projeções mostram que se o Brasil deseja avançar em condições de igualdade ao limiar do desenvolvimento, representado neste caso pela situação de Portugal, é necessário abordar as transformações em matéria do crescimento e da estrutura econômica que se apresentam a seguir.

a) Crescimento econômico elevado e sustentável no longo prazo

O PIB *per capita* do BR deveria crescer 4,1%, se é desejável fechar a brecha da renda com PL, em um período não superior a 21 anos. Durante esse tempo, o produto do Brasil deve crescer de forma estável em 4,7% ao ano, cifra semelhante ao registrado no período de 2003-2008¹⁰.

b) Maior produtividade dos estratos médios e baixos

Nesta área, os requisitos são elevados. A produtividade dos *estratos intermediários* deveria crescer 4,1% ao ano e o *estrato baixo*, em 8% no período. As exigências sobre o *estrato alto* são menores nesta matéria (0,1%), tendo em conta a proximidade do nível de produtividade do BR com o de PL (quadro VIII.6).

c) Novo padrão de crescimento

A projeção demonstra uma mudança na composição do produto em favor dos *estratos médios e baixos*, cuja incidência aumentaria de 21,3% para 40,5% (19,2 p.p.) no primeiro e de 9,7% para 16,4% (6,7 p.p.) no segundo. Visto que, ao contrário do passado, o crescimento futuro iria depender mais dos *estratos intermediário e baixo* do que do *estrato alto*, a contribuição desta última ao produto diminuiria de 69% para 43,1% (-25,9 p.p.) até o final do período considerado (quadro VIII.6, A.9 e A.10).

⁹ Cifra estimada com base nos dados da CEPAL (2011b).

¹⁰ Cifra estimada com base nos dados da CEPAL (2010b).

d) Transformações na composição do emprego

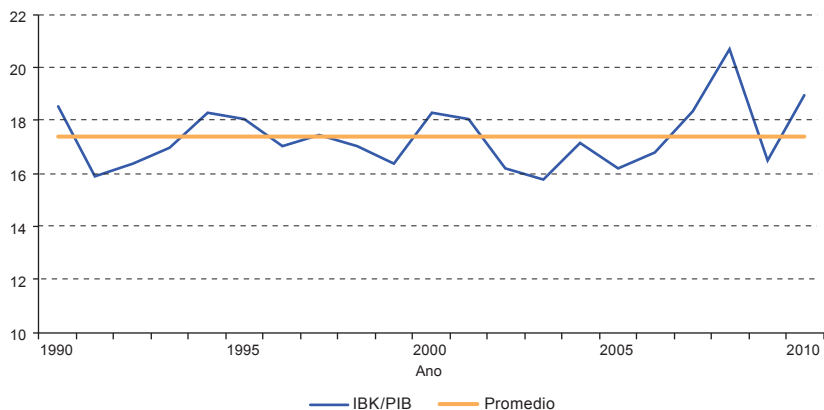
Prevê-se que o *estrato* médio exercerá papel fundamental na criação de novos postos de trabalho. Sua incidência no emprego total aumentaria de 30,8% para 46,9% (16,1 p.p.), o que implica que cerca de 87 de cada 100 novos empregos seriam gerados por esse estrato no período analisado. Ao mesmo tempo, diminuiria a importância dos postos de trabalho de baixa produtividade de 51,2%, em 2009 para 32,3% em 2030. Nessas condições, uma parte reduzida dos novos postos de trabalho (19%) seria gerada pelo *estrato alto*.

e) Esforço para investir

As transformações planejadas exigem grande esforço em matéria de novos investimentos para apoiar o processo de convergência produtiva do Brasil. As estimativas mostram que as mudanças na composição do produto e do emprego, bem como o alcance do aumento esperado da produtividade, especialmente nos *estratos intermediário e baixo*, demandarão novos recursos de investimento.

Estima-se que esses recursos são equivalentes, sendo 1,18 vezes o PIB atual do país ou sendo 3,3% do PIB de cada ano para os próximos 21 anos. Se a isto é acrescentado o investimento necessário ao crescimento do PIB dos *estratos altos* (4% do PIB ao ano), conclui-se que o coeficiente investimento-produto no Brasil, que se manteve entorno de 19% nos últimos anos (gráfico 7), deveria elevar-se a 26,3% para sustentar o processo de convergência produtiva durante o período 2009-2030.

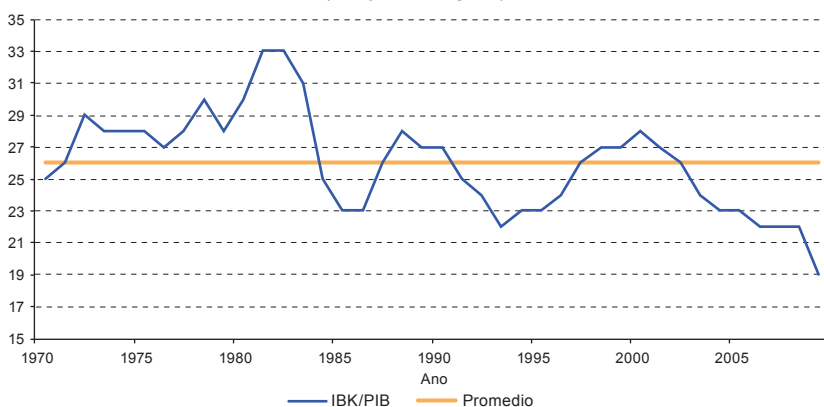
Gráfico VIII.7
Brasil: formação bruta de capital/PIB, 1990-2010
(Em porcentagens)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2011b).

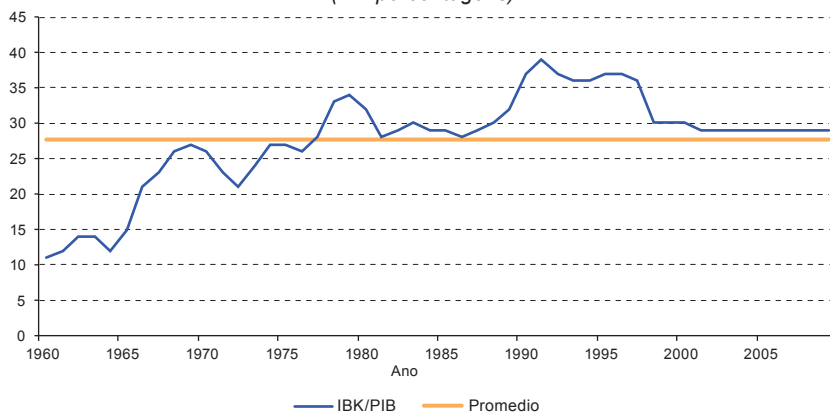
Cabe ressaltar que o esforço estimado de investimento para realizar a convergência produtiva no Brasil é semelhante ao realizado por países, como República da Coreia e Portugal, durante seu processo de avanço em direção ao limiar do desenvolvimento (gráficos VIII.8 e VIII.9). No primeiro caso, a relação de investimento alcançou 27% da média durante o período da transformação produtiva (1972-2002), tanto que na República da Coreia este coeficiente foi de 33%, em média, nos 16 anos que demorou o mesmo processo (1988-2004).

Gráfico VIII.8
Portugal: formação bruta de capital/PIB, 1970-2009
 (Em porcentagens)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Banco Mundial (2011).

Gráfico VIII.9
República da Coreia: formação bruta de capital/PIB, 1960-2009
 (Em porcentagens)



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados do Banco Mundial (2011).

f) Desafio da igualdade

As mudanças na estrutura produtiva e no crescimento econômico sugerem que a distribuição de renda seja mais igualitária. Isto porque a nova composição do emprego, juntamente com o aumento da produtividade dos *estratos médios e baixos*, deveria conduzir a uma melhoria significativa na renda *per capita* das famílias de baixa renda.

As estimativas demonstram que, dessa forma, a média da renda *per capita* da região aumentará em 4,1% durante o período analisado, das famílias mais pobres crescerá 8,3% (quartil I) e 7,2% (quartil II) e das famílias de renda média aumentaria 7,9% (quartil III) e 5,5% (quartil IV). Nessa dinâmica, a renda *per capita* das famílias mais ricas crescerá 1,6%, ou seja, significativamente abaixo da média durante o período de referência (quadro VIII.6).

Este crescimento diferenciado da renda *per capita* dos quintis estaria sustentado na expansão acelerada da produtividade e do emprego nos *estratos médios e baixos*. Sobre isso, cabe lembrar que, enquanto a produtividade média do Brasil estiver crescendo 3,1% ao ano, durante o processo de convergência produtiva, a produtividade dos *estratos médios e baixos* se expandiria 4,1% e 8%, respectivamente (quadro VIII.6). Dessa maneira, o *estrato médio* geraria a maior parte dos novos postos de trabalho, e com isso o emprego neste estrato crescerá (3,6%) acima da média (1,6%).

Contudo os resultados do processo de convergência produtiva representam apenas as condições básicas para alcançar uma distribuição de renda mais igualitária. Para que isso aconteça, é necessário que as instituições de trabalho permitam maior participação dos trabalhadores nos benefícios da modernização produtiva.

4. Conclusão

A proposta deste trabalho é que, para avançar em condições de igualdade ao limiar do desenvolvimento, os países latino-americanos devem empreender uma estratégia de crescimento econômico com menor heterogeneidade estrutural e mais desenvolvimento produtivo, cujo dinamismo tenha efeitos positivo sobre a distribuição de renda e a inclusão social.

Os exercícios de projeções mostram que a convergência do Brasil ao limiar do desenvolvimento (Portugal) implica um processo de longo prazo, o qual se estenderia por duas décadas.

Além desse requisito, as estimativas revelam que é necessário que o novo padrão de desenvolvimento, o crescimento econômico e o PIB per

capita sejam elevados e sustentáveis como resultado de uma transformação que aumente significativamente a produtividade dos estratos menos avançados da estrutura econômica.

Por outro lado, destacou-se que as mudanças na composição do produto e do emprego, bem como a realização do aumento esperado da produtividade, especialmente, nos *estratos intermediário e baixo*, demandarão importantes esforços em matéria de novos investimentos.

Como resultado do processo de convergência produtiva com igualdade, mudanças importantes na estrutura econômica e social do Brasil serão produzidas. Isto se deve à modernização da produção, marcada pela redução da heterogeneidade estrutural, a qual levará a uma renovada capacidade de integração das pessoas por meio do aumento do emprego e da qualidade dos postos de trabalhos.

Como resultado do aumento da produtividade, poderia também esperar melhorias nas condições de trabalho, o que prepararia o terreno para que os trabalhadores tivessem salários mais altos e um maior grau de proteção social. Além disso, a diminuição da alta taxa de informalidade permitirá reforçar o poder de negociação dos trabalhadores para participar dos aumentos de produtividade, o que melhorará a situação atual caracterizada por grande assimetria produtiva e social.

Todas essas mudanças indicam que a distribuição de renda seja mais igualitária, pois o aumento do emprego e dos salários dos trabalhadores deveria conduzir a uma maior participação do trabalho na renda, o que aliviará progressivamente as tarefas de proteção social.

Em suma, trata-se de alavancar uma decidida aplicação de políticas de convergência produtiva, o que reverterá a tendência atual em uma decidida aplicação de políticas, ou seja, a maior parte do crescimento econômico e da produtividade segue padrões altos de concentração. Como resultado, melhorará a capacidade do sistema para absorver a crescente força de trabalho e reduzir as brechas da renda resultantes dos diferenciais de produtividade. Em outros termos, são políticas orientadas a superar a persistente heterogeneidade da estrutura produtiva de nossas economias e a reforçar as sinergias entre a convergência produtiva e a inserção social no mundo do trabalho e assim reduzir a desigualdade na distribuição de renda¹¹.

¹¹ Para responder aos desafios da convergência produtiva com igualdade na América Latina, em Infante (2011a), propõe-se uma agenda de políticas que inclui quatro áreas: a política macroeconômica, a estrutura produtiva, o mundo do trabalho e a de certas instituições, tais como o pacto fiscal e o diálogo social.

Bibliografía

- Alarcón, M., R. Dorado e A.Sousa (2006), "Desarrollo de las pymes y generación de empleo y renta como foco de inclusión social", Seminario Pymes, Panel 1, Santa Cruz.
- Angelelli, P., R. Moudry e J.J. Llisterri (2007), *Capacidades institucionales para el desarrollo de políticas de fomento de la micro, pequeña y mediana empresa en América Latina y el Caribe*, Washington, D.C., Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Banco Mundial (2011), *The World Development Indicators*, Washington, D.C.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2011a), *Desarrollo incluyente. Estudio de caso de El Salvador*, México, D.F.
- _____(2011b), "Datos sobre coeficientes de inversión para 18 países de América Latina", Santiago do Chile.
- _____(2011b), "Datos sobre la distribución del ingreso de los hogares para 18 países de América Latina", Santiago do Chile.
- _____(2010a), *Ahora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir* (LC/G.2432(SES.33/3), Santiago do Chile.
- _____(2010b), *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2010* (LC/G.2483-P/B), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas, N° de venda E/S.10.II.G.1.
- _____(2010c), *Panorama Social de América Latina, 2010* (LC/G.2481-P), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas, N° de venda S.11.II.G.6.
- _____(2009), "Datos de producto, empleo y productividad para 11 países de América Latina", Santiago do Chile.
- _____(2001), "Elementos de competitividad sistémica de las pequeñas y medianas empresas (PYME) del istmo centroamericano", *serie Estudios y perspectivas*, N° 5 (LC/MEX/L.499/E), México, D.F., sede sub-regional da CEPAL no México.
- DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estadística) (2009), *Gran Encuesta Integrada de Hogares GEIH 2009*, Bogotá.
- Durán, G. (2011), "Institucionalidad laboral para un desarrollo inclusivo", *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), Libros de la CEPAL, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- EUHP (European Union Household Panel) (2011a), *Economic Inequality in Portugal 2007*, Bruxelas.
- Ferraro, C. e G. Stumpo (2010), "Las pymes en el laberinto de las políticas", *Políticas de apoyo a las pymes en América Latina. Entre avances innovadores y desafíos institucionales*, Libros de la CEPAL, N° 107 (LC/G.2421), Carlo Ferraro e Giovanni Stumpo (comps.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.09.II.G.143.
- FMI (Fundo Monetário Internacional), (2011), *World Economic and Financial Surveys. World Economic Outlook Database*, Washington, D.C.
- Giraldo, B. (2005), *Estadística de la microempresa en Colombia. Análisis comparativo 1990-2005*, Bogotá, Observatorio Colombiano de las Microempresas (OCM).
- Godínez, V. (2011), "Objetivos básicos de las políticas de convergencia productiva", *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), Libros de la CEPAL, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

- Guaipatín, C. (2003), “Observatorio MIPYME: compilación estadística para 12 países de la región”, *Informe de Trabajo*, Washington, D.C., Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Hofman, A. (2000), *The Economic Development of Latin America in the Twentieth Century* Edward Elgar Publishing, Cheltenham.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2009a), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009*, Rio de Janeiro.
- INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía) (2009b), *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo Trimestral. Indicadores estratégicos 2009*.
- ____ (2009c), *Resumen de los resultados de los censos económicos 2009*, Aguascalientes.
- Infante, Ricardo (2011a), “América Latina en el “umbral del desarrollo”. Un ejercicio de convergencia productiva”, Documento de Trabajo, N° 14, proyecto Desarrollo inclusivo, Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), inédito.
- ____ (2011a) (coord.), *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), *Libros de la CEPAL*, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- ____ (2011c), “Nuevos sectores sociales y convergencia productiva”, *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), *Libros de la CEPAL*, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Infante, R. (2009), “Contribución al documento del trigésimo tercer período de sesiones de la CEPAL”, Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), inédito.
- Maurizio, R. (2011), “Formación y capacitación para la inclusión productiva”, *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), *Libros de la CEPAL*, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Meghana, A., T. Beck e A. Demirgüç-Kunt (2005), *Pequeñas y medianas empresas a través del globo*. Washington, D.C., Banco Mundial.
- Milesi, D. (2011), “Hacia una inserción internacional más inclusiva: el papel de las empresas pequeñas y medianas”, *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), *Libros de la CEPAL*, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Mora, C. (2004), *PYME venezolana con respecto a la calidad y la productividad*, Caracas, Gerencia y Negocios en Hispanoamérica.
- Mocelin, D. (2008), “¿Del trabajo precario al trabajo decente? La calidad del empleo como perspectiva analítica”, documento apresentado en el VI Congreso regional de las Américas “Relaciones laborales: claves para el desarrollo económico con inclusión social”, Buenos Aires.
- MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) (2009), *Relação Anual de Informações Sociais – Rais 2009*, Brasília.
- OCDE (Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos) (2011), “OECD Stat extracts”, París.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho) (2009), *Panorama Laboral 2009*, Lima, Escritório Regional para a América Latina e o Caribe.

- _____(2007), *Panorama Laboral 2007*, Lima, Oficina Regional para América Latina e o Caribe.
- _____(2006), *Panorama Laboral 2006*, Lima, Oficina Regional para América Latina e o Caribe.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), *Indicadores del mercado laboral según características seleccionadas. Informe Nacional de Desarrollo Humano 2005*, Guatemala.
- Porcile, G. (2011), “La teoría estructuralista del desarrollo”, *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), Libros de la CEPAL, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Price, J. (2005), *Políticas de fomento de las micro y pequeñas empresas (MYPE) en Centroamérica y República Dominicana*, San José, Escritório Sub-Regional da OIT para América Central, Haiti, Panamá e República Dominicana.
- Robles, M. (2002), *El empleo en Paraguay. Evidencias de las Encuestas de Hogares*, Santiago do Chile, Equipe Técnica Multidisciplinar de Santiago, Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Rosenwurz, G. (2011), “Políticas antivolatilidad del crecimiento económico”, *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), Libros de la CEPAL, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Statistics Korea (2009), *Employment and Unemployment 2009*, Seúl.
- Sunkel, O. e R. Infante (2009), *Hacia un desarrollo inclusivo. El caso de Chile* (LC/L.3126), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- _____(2011b), *European Commission. Eurostat, Statistic data base 2009*, Bruxelas.
- Villarán, F. (2007), “Políticas e instituciones de apoyo a las PYME en Perú”, *Eliminando barreras. El financiamiento a las pymes en América Latina* (LC/2179), C. Ferraro (comp.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Young, C.E.F. (2011), “Transición hacia un modelo económico “verde” e inclusivo”, *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, R. Infante (ed.), Libros de la CEPAL, N° 112 (LC/G.2500-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Anexo

Quadro VIII.A.1
Produto interno bruto (PIB), população e emprego
(Em milhões de dólares PPP)

Países	PIB per capita (dólares PPP)	População (milhões)	PIB (mil dólares PPP)	Emprego (mil)	PIB/trabalhador (mil dólares PPP)	Empr./pop. (porcentagens)
Países HEM						
Argentina	14 090	40,3	567,8	16,4	34,7	40,6
Chile	13 440	17,0	228,5	6,7	34,3	39,2
Costa Rica	10 930	4,6	50,3	1,8	27,3	40,1
México	14 100	109,6	1545,4	44,4	34,8	40,5
Uruguai	12 900	3,4	43,9	1,5	28,4	45,4
Total	13 927	174,9	2 435,8	70,8	34,4	40,5
Países HEI						
Brasil	10 200	193,8	1976,8	75,2	26,3	38,8
Colômbia	8 600	45,7	393,0	18,3	21,5	40,0
Panamá	12 180	3,5	42,6	1,5	28,9	42,1
Venezuela (República Bolivariana de)	12 220	28,6	349,5	12,1	28,8	42,4
Total	10 169	271,6	2761,9	107,1	25,8	39,4
Países HES						
Bolívia (Estado Plurinacional de)	4 250	9,9	42,1	3,3	12,8	33,6
Equador	8 100	13,6	110,2	5,1	21,7	37,4
El Salvador	6 420	6,2	39,8	2,5	15,7	40,9
Guatemala	4 570	14,0	64,0	4,5	14,1	32,5
Honduras	3 710	7,5	27,8	2,4	11,6	31,9
Nicarágua	2 540	5,7	14,5	1,8	8,0	32,4
Paraguai	4 430	6,3	27,9	2,4	11,6	38,0
Peru	8 120	29,2	237,1	12,8	18,5	44,0
República Dominicana	8 110	9,8	79,5	3,1	25,8	31,4
Total	6 290	102,2	642,8	38,0	16,9	37,2
América Latina						
Total	10 644	548,7	5 840,5	215,9	27,1	39,3
Portugal	23 750	10,6	252,5	5,1	49,5	48,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2010b, 2010c), UE (2011b), IMF (2011), OECD (2011), OIT (2006, 2007, 2010) e World Bank (2011).

Quadro VIII.A.2
População e emprego (2009)

Países	População					Taxas			
	Total (mil)	Menor de 15 anos (porcentagens)	Idade para trabalhar	Econ. ativa (mil)	Ocupada	Desocupada	Participação	Ocupação (porcentagens)	Desemprego
Países HEM									
Argentina	40,3	25,0	30,2	17,9	16,4	1,6	59,3	54,1	8,7
Chile	17,0	22,3	13,2	7,4	6,7	0,7	55,9	50,5	9,7
Costa Rica	4,6	25,3	3,4	2,0	1,8	0,2	58,1	53,7	7,6
México	109,6	27,9	79,0	47,6	44,4	3,2	60,2	56,2	6,6
Uruguai	3,4	22,5	2,6	1,7	1,5	0,1	63,4	58,6	7,7
Total	174,9	26,5	128,5	76,5	70,8	5,6	59,6	53,7	7,3
Países HEI									
Brasil	193,8	25,5	144,4	81,8	75,2	6,6	56,7	52,1	8,1
Colômbia	45,7	28,8	32,5	21,0	18,3	2,7	64,6	56,2	13,0
Panamá	3,5	29,0	2,5	1,6	1,5	0,1	64,4	59,3	7,9
Venezuela (República Bolivariana de)	28,6	29,5	20,2	13,2	12,1	1,0	65,3	60,2	7,8
Total	271,6	26,5	199,6	117,6	107,1	10,5	58,9	53,7	8,9
				0,433					
Países HES									
Boívia (Estado Plurinacional de)	9,9	35,8	6,4	3,6	3,3	0,3	56,9	52,4	7,9
Equador	13,6	30,6	9,4	5,6	5,1	0,5	58,9	53,9	8,5
El Salvador	6,2	31,5	4,2	2,7	2,5	0,2	64,3	59,7	7,1
Guatemala	14,0	41,5	8,2	4,8	4,5	0,2	58,4	55,5	5,0
Honduras	7,5	36,8	4,7	2,5	2,4	0,1	53,1	50,5	4,9
Nicarágua	5,7	34,5	3,7	2,0	1,8	0,2	53,8	49,5	8,0
Paraguai	6,3	33,5	4,2	2,6	2,4	0,2	62,3	57,2	8,2
Peru	29,2	29,9	20,5	14,0	12,8	1,2	68,4	62,7	8,4
República Dominicana	9,8	31,4	6,7	3,6	3,1	0,5	53,8	45,8	14,9
Total	102,2	33,4	68,1	41,4	38,0	3,4	60,9	55,9	8,2
América Latina									
Total	548,7	27,8	396,2	235,6	215,9	19,7	59,5	54,0	8,4
Portugal	10,6	15,3	9,0	5,6	5,1	0,5	62,7	56,7	9,6

Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos quadros 4 e 5.

Quadro VIII.A.3
PIB por trabalhador (produtividade) segundo estrato produtivo (2009)

Países	Alto			Baixo			Produtividade média= 1,00			Relação de produtividade		
	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto/baixo	Alto/médio	Médio/baixo	
Países HEM												
Argentina	98,1	27,2	8,5	34,7	2,83	0,78	0,24	1,00	11,6	3,6	3,2	
Chile	95,2	15,4	8,7	34,3	2,78	0,45	0,25	1,00	11,0	6,2	1,8	
Costa Rica	100,4	20,5	8,6	33,5	2,61	0,70	0,23	1,00	11,7	4,9	2,4	
México	97,8	26,7	7,4	34,8	2,81	0,77	0,21	1,00	13,1	3,7	3,6	
Uruguai	85,6	19,2	7,3	29,2	2,93	0,66	0,25	1,00	11,8	4,5	2,6	
Média	96,6	25,3	7,7	34,4	2,76	0,69	0,23	1,00	12,5	3,8	3,3	
Países HEI												
Brasil	100,8	18,2	5,0	26,3	3,83	0,69	0,19	1,00	20,2	5,5	3,7	
Colômbia	75,4	16,1	4,7	21,5	3,51	0,75	0,22	1,00	15,9	4,7	3,4	
Panamá	74,1	23,2	6,4	28,9	2,56	0,80	0,22	1,00	11,6	3,2	3,6	
Venezuela (República Bolivariana de)	102,4	23,0	6,8	28,8	3,56	0,80	0,24	1,00	15,0	4,4	3,4	
Média	95,9	18,5	5,2	25,8	3,30	0,76	0,22	1,00	18,6	5,2	3,6	
Países HES												
Bolívia (Estado Plurinacional de)	65,8	10,8	2,6	12,8	5,16	0,85	0,20	1,00	25,8	6,1	4,3	
Equador	81,7	17,8	4,3	21,7	3,77	0,82	0,20	1,00	18,9	4,6	4,1	
El Salvador	56,0	13,1	2,7	15,9	3,52	0,82	0,17	1,00	20,5	4,3	4,8	
Guatemala	76,5	14,1	2,8	14,1	5,43	1,00	0,20	1,00	27,2	5,4	5,0	
Honduras	47,2	9,6	2,7	11,6	4,06	0,82	0,23	1,00	17,3	4,9	3,5	
Nicarágua	34,4	8,1	1,8	8,1	4,27	1,00	0,22	1,00	19,4	4,3	4,5	
Paraguai	52,0	10,4	2,3	11,6	4,47	0,89	0,20	1,00	22,3	5,0	4,5	
Peru	62,5	16,1	4,9	18,5	3,38	0,87	0,27	1,00	12,7	3,9	3,3	
República Dominicana	72,8	21,9	5,6	25,6	2,84	0,86	0,22	1,00	13,0	3,3	3,9	
Média	64,7	14,7	3,8	16,9	4,12	0,90	0,21	1,00	17,0	4,4	3,9	
América Latina												
Média	91,2	20,5	5,6	27,1	3,31	0,77	0,22	1,00	16,3	4,5	3,7	
Portugal	102,7	42,7	25,1	49,5	2,07	0,86	0,51	1,00	4,1	2,4	1,7	

Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos quadros VIII.A.4 e VIII.A.5.

Quadro VIII.A.4
PIB por estrato produtivo (2009)

Países	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
	<i>(mil dólares PPP)</i>				<i>(porcentagens)</i>			
Países HEM								
Argentina	337,1	176,0	54,7	567,8	59,4	31,0	9,6	100,0
Chile	170,0	37,2	21,2	228,5	74,4	16,3	9,3	100,0
Costa Rica	32,8	12,7	4,8	50,3	65,3	25,2	9,5	100,0
México	1033,5	360,4	151,4	1545,4	66,9	23,3	9,8	100,0
Uruguai	28,0	11,8	4,0	43,9	63,8	27,0	9,2	100,0
Total	1601,5	598,2	236,2	2435,8	65,8	24,6	9,7	100,0
Países HEI								
Brasil	1364,0	421,0	191,7	1976,8	69,0	21,3	9,7	100,0
Colômbia	263,3	84,5	45,2	393,0	67,0	21,5	11,5	100,0
Panamá	26,8	12,0	3,8	42,6	62,9	28,2	8,9	100,0
Venezuela (República Bolivariana de)	215,1	93,4	41,0	349,5	61,6	26,7	11,7	100,0
Total	1869,2	611,0	281,7	2761,9	67,8	21,5	10,7	100,0
Países HES								
Bolívia (Estado Plurinacional de)	29,5	6,9	5,6	42,1	70,1	16,5	13,4	100,0
Equador	77,7	19,3	13,2	110,2	70,5	17,5	12,0	100,0
El Salvador	29,0	6,8	4,0	39,8	72,8	17,2	10,0	100,0
Guatemala	41,7	13,8	8,5	64,0	65,2	21,5	13,3	100,0
Honduras	18,3	5,6	3,9	27,8	65,8	20,3	13,9	100,0
Nicarágua	9,3	3,2	2,0	14,5	64,0	22,2	13,8	100,0
Paraguai	18,7	5,7	3,5	27,9	67,0	20,6	12,4	100,0
Peru	156,5	42,7	37,9	237,1	66,0	18,0	16,0	100,0
República Dominicana	55,5	14,6	9,4	79,5	69,8	18,4	11,8	100,0
Total	436,2	118,7	88,0	642,9	67,8	18,1	14,0	100,0
América Latina								
Total	3906,9	1327,9	605,8	5840,6	66,9	22,5	10,6	100,0
Portugal	108,9	102,3	41,3	252,5	43,1	40,5	16,4	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos quadros 1, 2 e Angelelli et al. (2007), Alarcón et al. (2006), CEPAL (2001, 2009, 2011a), Dane (2009), UE (2011b) Ferraro, Stumpo (2010), Giraldo (2005), Guaipatín (2003), IBGE (2009), Inegi (2009 a e 2009b), Infante (2009), Meghana et al. (2005), Mora (2004), MTE (2009), Mocelin (2008), OECD (2011), Pnud (2005), Price (2005), Robles (2005), Sunkel, Infante (2009) e Villarán (2007).

Quadro VIII.A.5
Emprego por estrato produtivo (2009)

Países	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
	<i>(mil trabalhadores)</i>				<i>(porcentagens)</i>			
Países HEM								
Argentina	3,4	6,5	6,5	16,4	21,0	39,5	39,5	100,0
Chile	1,8	2,4	2,5	6,7	26,8	36,4	36,8	100,0
México	10,6	13,5	20,3	44,4	23,8	30,4	45,8	100,0
Costa Rica	0,5	0,7	0,7	1,8	25,0	36,0	39,0	100,0
Uruguai	0,3	0,6	0,6	1,5	21,8	41,2	37,0	100,0
Total	16,6	23,7	30,5	70,8	23,4	33,5	43,1	100,0
Países HEI								
Brasil	13,5	23,2	38,5	75,2	18,0	30,8	51,2	100,0
Colômbia	3,5	5,2	9,5	18,3	19,1	28,7	52,2	100,0
Panamá	0,4	0,5	0,6	1,5	24,6	35,2	40,2	100,0
Venezuela (República Bolivariana de)	2,1	4,1	6,0	12,1	17,3	33,4	49,3	100,0
Total	19,5	33,0	54,6	107,1	18,2	29,5	52,3	100,0
Países HES								
Bolívia (Estado Plurinacional de)	0,4	0,6	2,2	3,3	13,6	19,4	67,0	100,0
Equador	1,0	1,1	3,1	5,1	18,7	21,3	60,0	100,0
El Salvador	0,5	0,5	1,5	2,5	20,7	20,9	58,4	100,0
Guatemala	0,5	1,0	3,0	4,5	12,0	21,4	66,6	100,0
Honduras	0,4	0,6	1,4	2,4	16,2	24,7	59,1	100,0
Nicarágua	0,3	0,4	1,1	1,8	15,0	22,2	62,8	100,0
Paraguai	0,4	0,6	1,5	2,4	15,0	23,1	61,9	100,0
Peru	2,5	2,6	7,7	12,8	19,5	20,6	59,9	100,0
República Dominicana	0,8	0,7	1,7	3,1	24,6	21,5	53,9	100,0
Total	6,7	8,1	23,1	38,0	17,8	21,3	61,0	100,0
América Latina								
Total	42,8	64,8	108,3	215,9	19,8	30,0	50,2	100,0
Portugal	1,1	2,4	1,6	5,1	20,8	46,9	32,3	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados dos quadros 1, 2 e Angelelli et al. (2007), Alarcón et al. (2006), CEPAL (2001, 2009, 2011a), Dane (2009), UE (2011b) Ferraro, Stumpo (2010), Giraldo (2005), Guaipatin (2003), IBGE (2009), Inegi (2009 a e 2009b), Infante (2009), Meghana et al. (2005), Mora (2004), MTE (2009), Mocelin (2008), OECD (2011), Pnud (2005), Price (2005), Robles (2005), Sunkel, Infante (2009) e Villarán (2007).

Quadro VIII.A.6
Renda per capita (2009)

Países	Quintis					Total	V/I
	I	II	III	IV	V		
Países HEM							
Argentina	2 531	5 535	8 827	13 881	39 850	14 090	15,7
Chile	2 729	5 171	7 842	12 490	38 963	13 440	14,3
Costa Rica	2 405	4 790	7 266	11 354	28 843	10 930	12,0
México	2 807	5 517	8 563	13 524	40 099	14 100	14,3
Uruguai	3 181	6 013	9 079	13 830	32 414	12 900	10,2
Média	2 920	5 775	8 874	13 884	38 224	13 927	13,1
Países HEI							
Brasil	1 333	3 139	5 279	8 773	32 508	10 200	24,4
Colômbia	965	2 618	4 512	7 814	27 107	8 600	28,1
Panamá	1 754	4 468	7 690	12 717	34 312	12 180	19,6
Venezuela (República Bolivariana de)	3 055	5 707	6 110	14 664	31 772	12 220	10,4
Média	1 831	4 184	5 949	10 300	29 000	10 169	15,8
Países HES							
Bolívia (Estado Plurinacional de)	443	1 345	2 467	4 223	12 771	4 250	28,8
Equador	1 581	3 254	5 088	8 054	22 558	8 100	14,3
El Salvador	1 133	2 706	4 217	6 861	17 246	6 420	15,2
Guatemala	645	1 406	2 386	4 049	14 372	4 570	22,3
Honduras	357	1 018	2 071	3 768	11 354	3 710	31,8
Nicarágua	443	931	1 514	2 412	7 409	2 540	16,7
Paraguai	758	1 655	2 677	4 342	12 728	4 430	16,8
Peru	1 648	3 453	5 548	8 759	21 192	8 120	12,9
República Dominicana	1 192	2 722	4 685	8 001	23 960	8 110	20,1
Média	984	2 253	3 779	6 257	18 196	6 290	18,5
América Latina							
Média	1 917	4 072	6 198	11 000	30 000	10 644	15,6
Portugal	6 873	13 399	26 101	27 187	45 240	23 750	6,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados da CEPAL (2011c) e União Europeia (2011a, 2011b).

Quadro VIII.A.7
Distribuição da renda (2009)
(Porcentagens)

Países	Quintis					Total	Gini
	I	II	III	IV	V		
Países HEM							
Argentina	3,6	7,9	12,5	19,7	56,3	100,0	51,0
Chile	4,1	7,7	11,7	18,6	58,0	100,0	52,4
Costa Rica	4,4	8,8	13,3	20,8	52,8	100,0	50,1
México	4,0	7,8	12,1	19,2	56,9	100,0	51,5
Uruguai	4,9	9,3	14,1	21,4	50,3	100,0	43,3
Média	4,2	8,3	12,7	19,9	54,8	100,0	49,7
Países HEI							
Brasil	2,6	6,2	10,4	17,2	63,7	100,0	57,6
Colômbia	2,2	6,1	10,5	18,2	63,0	100,0	57,8
Panamá	2,9	7,3	12,6	20,9	56,2	100,0	52,3
Venezuela (República Bolivariana de)	4,7	9,3	10,0	24,0	52,0	100,0	41,2
Média	3,6	8,2	11,7	20,3	57,0	100,0	52,2
Países HES							
Bolivia (Estado Plurinacional de)	2,1	6,3	11,6	19,9	60,1	100,0	56,5
Equador	3,9	8,0	12,6	19,9	55,6	100,0	50,0
El Salvador	3,5	8,4	13,1	21,4	53,5	100,0	47,8
Guatemala	2,8	6,2	10,4	17,7	62,9	100,0	58,5
Honduras	1,9	5,5	11,2	20,3	61,1	100,0	58,0
Nicarágua	3,5	7,3	11,9	19,0	58,2	100,0	53,2
Paraguai	3,4	7,5	12,1	19,6	57,5	100,0	51,2
Peru	4,1	8,5	13,7	21,6	52,2	100,0	46,9
República Dominicana	2,9	6,7	11,6	19,7	59,1	100,0	57,4
Média	3,1	7,2	12,0	19,9	57,8	100,0	53,3
América Latina							
Média	3,6	7,7	11,6	20,7	56,5	100,0	51,7
Portugal	5,8	11,3	22,0	22,9	38,1	100,0	38,1

Fonte: Elaboração própria com base em dados da CEPAL (2011c), UE (2011a, 2011b) e OECD (2011).

Quadro VIII.A.8
Extensão da pobreza (2009)
(Em porcentagens)

Países	Pobreza relativa ^a	Pobreza absoluta ^b
Países HEM		
Argentina	21,4	11,3
Chile	17,4	11,5
Costa Rica	20,3	18,9
México	19,9	34,8
Uruguai	17,4	10,4
Média	20,0	26,2
Países HEI		
Brasil	23,9	24,9
Colômbia	24,3	45,7
Panamá	24,8	26,4
Venezuela (República Bolivariana de)	17,8	27,6
Média	23,3	28,7
Países HES		
Bolívia (Estado Plurinacional de)	27,2	54,0
Equador	19,7	42,2
El Salvador	20,3	47,9
Guatemala	24,7	54,8
Honduras	30,5	68,9
Nicarágua	22,6	61,9
Paraguai	24,5	56,0
Peru	21,8	34,8
República Dominicana	24,3	41,1
Média	23,4	47,1
América Latina		
Média	22,3	31,3
Portugal	16,3	

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2011c).

^a População com rendas inferiores a 0,5 vezes a média.

^b População abaixo da linha de pobreza.

Quadro VIII.A.9
Brasil: dados básicos (2009-2030)
(Dólares PPP e porcentagens)

Dados gerais		2009	2030	Var (porcentagens)	TAC
PIB per capita	(mil dólares PPP)	10,2	23,8	132,9	4,1
População	(mil)	193,8	217,0	12,0	0,5
PIB	(mil dólares PPP)	1 976,8	5 156,0	160,8	4,7
PEA	(mil)	81,8	113,9	39,3	1,6
Emprego	(mil)	75,2	104,2	38,5	1,6
PIB por trabalhador	(mil dólares PPP)	26,3	49,5	88,3	3,1
Taxa PEA/população	(porcentagens)	0,42	0,53	24,4	1,0
Taxa de emprego/população	(porcentagens)	0,39	0,48	23,7	1,0
Taxa de desemprego	(porcentagens)	8,1	8,6	6,2	0,3

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Banco Mundial (2011).

Nota: TAC é taxa anual de crescimento.

Quadro VIII.A.10 (conclusão)

Capital fixo (mil dólares PPP)					
<i>Brasil/estratos produtivos</i>	Alto	Médio	Baixo	Total	
1. Ano-base (2009)		926,3	383,5	1 309,8	
2. Convergência produtiva (2030)		2 421,8	1 220,4	3 642,3	
Investimento (mil dólares PPP)					
Investimento		1 495,5	836,9	2 332,5	(porcentagens)
PIB total (2009)				1 976,8	118,0
Investimento bruto, média anual				111,4	
PIB total média (2009-2030)				3 339,5	3,3

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da CEPAL (2010b, 2010c), UE (2011b), IMF (2011), OECD (2011), OIT (2006, 2007, 2010) e World Bank (2011).